Acórdão: 24.956/25/1ª Rito: Sumário
PTA/AI: 01.004041876-58
Impugnação: 40.010158609-90
Impugnante: Issamu Kassagui
CPF: 084.018.498-02
Origem: DF/Pouso Alegre

EMENTA

MERCADORIA - SAÍDA DESACOBERTADA - OMISSÃO DE RECEITA - CARTÃO DE CRÉDITO E/OU DÉBITO. Constatada a saída de mercadorias desacobertas de documentação fiscal, apurada mediante confronto entre os documentos fiscais emitidos de vendas de mercadorias no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) e os valores constantes em extratos fornecidos pelas administradoras de cartões de crédito e/ou débito. Procedimento considerado tecnicamente idôneo, nos termos do art. 194, incisos I e V, do RICMS/02. Exigências de ICMS, da Multa de Revalidação capitulada no art. 56, inciso II, e da Multa Isolada prevista no art. 55, inciso II, c/c o § 2º, inciso I, ambos da Lei nº 6.763/75.

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA – SÓCIO - COMPROVAÇÃO DO PODER DE GERÊNCIA - CORRETA A ELEIÇÃO. O Auto de Infração foi emitido apenas em nome do sócio-administrador da empresa, pois esta encontrava-se baixada no momento da autuação. O sócio-administrador da empresa responde pelos créditos correspondentes às obrigações tributárias decorrentes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatuto, por força do art. 135, inciso III, do Código Tributário Nacional - CTN e do art. 21, § 2º, inciso II, da Lei nº 6.763/75.

Lançamento procedente. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A autuação versa sobre saídas de mercadorias desacobertas de documentação fiscal, apuradas mediante confronto entre os documentos fiscais emitidos de vendas no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) e os valores recebidos informados por administradoras de cartões de crédito e/ou débito, com recolhimento de ICMS a menor, no período de 01/06/20 a 30/06/23.

Exige-se ICMS, a Multa de Revalidação capitulada no art. 56, inciso II, e a Multa Isolada prevista no art. 55, inciso II, ambos da Lei nº 6.763/75, sendo esta última adequada ao disposto no § 2º, inciso I, do citado art. 55.

Registra-se que a empresa não figura no polo passivo da obrigação tributária, pois sua inscrição estadual está baixada desde 29/08/24.

O sócio-administrador da empresa, Sr. Issamu Kassagui, foi incluído como sujeito passivo da autuação, em razão da prática de atos com infração à lei (realizar vendas sem emitir documento fiscal), nos termos do art. 135, inciso III, do Código Tributário Nacional – CTN, c/c o art. 21, § 2º, inciso II, da Lei nº 6.763/75.

Da Impugnação

Inconformado, o Impugnante apresenta, tempestivamente, Impugnação às págs. 80/81, expondo, em resumo, que:

- embora a empresa tenha encerrado suas atividades no estado de Minas Gerais, ainda continua em atividade, conforme pode ser constatado à vista do seu Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, que ainda permanece ativo. Nega, portanto, que teria encerrado irregularmente o estabelecimento matriz;

- não havendo encerramento irregular do estabelecimento, não poderia haver responsabilidade do sócio por excesso de poderes, posto que não teria nem mesmo sido apresentada alguma prova da dissolução irregular do estabelecimento;

- no Auto de Infração em questão não teria provas suficientes de que o sócio teria agido com excesso de poderes, o que ensejaria sua figuração no polo passivo, e que, ainda, teria havido notificação do Auto de Infração para pessoa estranha à situação ocorrida;

- a mera falta de pagamento de tributo, por si só, não seria suficiente para determinar a responsabilidade pessoal do agente. Todavia, para sua responsabilização, necessário se faria a instauração de um contencioso próprio, para posterior aplicação das sanções em face do responsável pela empresa autuada;

- a Autuada teria realizado denúncia espontânea através de declarações retificadoras do PGDAS-D, entregues em 29/04/24, portanto, antes do início da ação fiscal, que se deu em 06 de novembro de 2024;

- as multas deveriam ser canceladas, posto que, no âmbito do Simples Nacional, o real contribuinte teria realizado as devidas operações.

Requer, ao final, o acolhimento da Impugnação.

Da Manifestação Fiscal

A Fiscalização manifesta-se às págs. 313/318 e refuta as alegações da Defesa, conforme os seguintes argumentos:

- a apuração de saídas se deu pelo confronto dos valores dos documentos fiscais emitidos pela empresa e os valores recebidos informados por administradoras de cartões de crédito e débito;

- o Auto de Infração contém os elementos suficientes para esclarecer as circunstâncias e a natureza da infração, contendo, inclusive, as infringências que foram cometidas e as respectivas penalidades;

- a intimação do Sujeito Passivo foi realizada em 05/02/24, oportunizando a ele a manifestação quanto às irregularidades identificadas na conclusão fiscal;

- como não houve resposta nem apresentação de documentos a respeito da intimação apresentada, foi emitido o Auto de Início da Ação Fiscal – AIAF, relativo às vendas sem a devida emissão de documentação fiscal;

- todos os prazos legalmente previstos na legislação foram concedidos, entretanto, nenhuma informação foi apresentada pelo Sujeito Passivo;

- no que diz respeito à sujeição passiva, a empresa autuada foi baixada em 29/08/24 e a lavratura do Auto de Infração deu-se em 06/11/24, portanto, no momento do lançamento, o estabelecimento comercial da empresa já não mais existia no local declarado, razão pela qual incluiu-se o representante legal no polo passivo da autuação;

- o sócio-administrador Issamu Kassagui responde solidariamente pelo crédito tributário, tendo em vista que efetivamente participou das deliberações e dos negócios sociais da empresa, assim como aproveitou os resultados econômicos decorrentes dessas decisões;

- houve, portanto, a comprovação de atos praticados contrariamente à lei, contemporâneos ao surgimento da obrigação tributária;

- ao confrontar os documentos emitidos de vendas mensais realizadas por meio de cartão de crédito e/ou débito com as saídas por meio de tais cartões, foram apuradas vendas desacobertas de documentos fiscais;

- a apuração das saídas desacobertas deu-se em razão dos valores declarados em documentações fiscais emitidas de vendas e documentos fiscais baixados (notas fiscais eletrônicas e notas fiscais de consumidor eletrônicas) com as informações prestadas pelas administradoras de cartão de débito/crédito;

- a entrega das declarações retificadoras do PGDAS não supre a obrigação da emissão dos documentos fiscais, cuja infração ficou evidenciada e caracterizada ao dar saída de mercadorias sem a emissão desses documentos.

Requer, portanto, a procedência do lançamento.

DECISÃO

Da Preliminar

Da Nulidade do Auto de Infração

O Impugnante implicitamente argui a nulidade do lançamento, ao argumento de que o Auto de Infração supostamente não traz nenhum tipo de documento que comprove que o Sujeito Passivo tenha agido com excesso de poderes, de modo a trazê-lo para o polo passivo da obrigação tributária.

Além disso, afirma que não haveria “*provas suficientes nos autos de que o mesmo, caso a responsabilidade lhe fosse imposta, oportunidade de defesa, e ou, comunicação de que haveria para sua pessoa, a responsabilização por excesso de poderes, além do que, não há dissolução irregular, pois a empresa, como dito, apenas encerrou suas atividades neste Estado, mas continua ativa*”.

Entretanto, razão não lhe assiste.

O Auto de Infração contém os elementos necessários e suficientes para que se determine, com segurança, a natureza das infrações e os fundamentos das exigências fiscais. O conteúdo do lançamento tributário encontra-se legalmente embasado. Todos os requisitos foram observados, formais e materiais, imprescindíveis para a atividade do lançamento, previstos nos arts. 85 a 94 do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos (RPTA), estabelecido pelo Decreto nº 44.747/08.

Foi realizada a intimação ao Sujeito Passivo, em 05/02/24, lhe oportunizando manifestar-se quanto às alegadas inconsistências e aos valores constantes do cruzamento, bem como apresentar as justificativas ou documentos que pudessem refutar as conclusões apresentadas pelo Fisco. Porém, quedou-se inerte o Sujeito Passivo.

Posteriormente, foi lavrado o AIAF, acompanhado do modelo de planilha de detalhamento de vendas a ser preenchida pela Autuada, e enviado pelos correios em 23/08/24. Na sequência, emitiu-se o Auto de Infração.

O Auto de Infração foi lavrado conforme disposições regulamentares e foram concedidos ao Impugnante todos os prazos legalmente previstos para apresentar a sua defesa e esclarecer as ocorrências constatadas pelo Fisco, em total observância ao princípio do contraditório. Entretanto, nenhuma informação foi apresentada diretamente em oposição às conclusões que orientaram a efetivação do lançamento tributário.

Induidoso que o Impugnante compreendeu e se defendeu claramente da acusação fiscal, completa e irrestritamente, conforme se verifica pela impugnação apresentada, que aborda aspectos relacionados com a situação, objeto da autuação, não se vislumbrando, assim, nenhum prejuízo ao exercício da ampla defesa.

Registra-se, nesse ponto, que a discussão sobre a responsabilização do Sujeito Passivo será retomada quando da análise do mérito.

Rejeita-se, pois, a arguição de nulidade do lançamento.

Do Mérito

Conforme relatado, a autuação versa sobre saídas de mercadorias desacobertas de documentação fiscal, apuradas mediante confronto entre os documentos fiscais emitidos de vendas no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) e os valores recebidos informados por administradoras de cartões de crédito e/ou débito, com recolhimento de ICMS a menor, no período de 01/06/20 a 30/06/23.

Exige-se ICMS, a Multa de Revalidação capitulada no art. 56, inciso II, e a Multa Isolada prevista no art. 55, inciso II, ambos da Lei nº 6.763/75, sendo esta última adequada ao disposto no § 2º, inciso I, do citado art. 55.

Registra-se que a empresa não figura no polo passivo da obrigação tributária, pois sua inscrição estadual está baixada desde 29/08/24.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O sócio-administrador da empresa, Sr. Issamu Kassagui, foi incluído como sujeito passivo da autuação, em razão da prática de atos com infração à lei (realizar vendas sem emitir documento fiscal), nos termos do art. 135, inciso III, do CTN, c/c o art. 21, § 2º, inciso II, da Lei nº 6.763/75.

Não obstante a argumentação do Impugnante, razão não lhe assiste, conforme se verá.

Inicialmente, cumpre destacar que o procedimento adotado pela Fiscalização, ao analisar a documentação subsidiária e fiscal da empresa para apuração das operações realizadas, é tecnicamente idôneo e previsto no art. 194, incisos I e V, do RICMS/02, nos seguintes termos:

RICMS/02

Art. 194 - Para apuração das operações ou das prestações realizadas pelo sujeito passivo, o Fisco poderá utilizar quaisquer procedimentos tecnicamente idôneos, tais como:

I - análise da escrita comercial e fiscal e de documentos fiscais e subsidiários;

(...)

V - conclusão fiscal;

(...)

Registra-se, por oportuno, que a matéria encontra-se regulamentada nos arts. 10-A e 13-A da Parte 1 do Anexo VII do RICMS/02, *in verbis*:

RICMS/02 - Anexo VII - Parte 1

Art. 10-A - As administradoras de cartões, instituidoras de arranjos de pagamento, instituições facilitadoras de pagamento, as instituições e os intermediadores financeiros e de pagamento, inclusive as credenciadoras de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões e demais empresas similares manterão arquivo eletrônico referente à totalidade das operações e prestações, cujos pagamentos sejam realizados por meio de seus sistemas de crédito, débito ou demais instrumentos de pagamentos eletrônicos, realizadas no período de apuração por estabelecimentos de contribuintes do ICMS e por pessoas identificadas por meio do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, ainda que não regularmente inscritos no Cadastro de Contribuintes do ICMS, cuja atividade indique possível realização de operações tributáveis pelo imposto, identificados na listagem disponível no endereço eletrônico da Secretaria de Estado de Fazenda,
<http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/instituicoes-e-intermediadores-de-pagamentos-servicos-e-negocios/>.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Efeitos de 31/12/2021 a 1º/08/2022 - Redação dada pelo art. 2º e vigência estabelecida pelo art. 5º, ambos do Dec. nº 48.339, de 30/12/2021:

"Art. 10-A. As administradoras de cartões, instituidoras de arranjos de pagamento, instituições facilitadoras de pagamento, instituições e intermediadores de pagamento, inclusive as credenciadoras de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões e demais empresas similares manterão arquivo eletrônico referente à totalidade das operações e prestações, cujos pagamentos sejam realizados por meio de seus sistemas de crédito, débito ou demais instrumentos de pagamentos eletrônicos, realizadas no período de apuração por estabelecimentos de contribuintes do ICMS e por pessoas identificadas por meio do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, ainda que não regularmente inscritos no Cadastro de Contribuintes do ICMS, cuja atividade indique possível realização de operações tributáveis pelo imposto, identificados na listagem disponível no endereço eletrônico da Secretaria de Estado de Fazenda, <http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/instituicoes-e-intermediadores-de-pagamentos-servicos-e-negocios/>."

Efeitos de 14/11/2020 a 30/12/2021 - Redação dada pelo art. 2º e vigência estabelecida pelo art. 4º, ambos do Dec. nº 48.082, de 13/11/2020:

"Art. 10-A. As administradoras de cartões, instituidoras de arranjos de pagamento, instituições facilitadoras de pagamento, instituições e intermediadores de pagamento, inclusive as credenciadoras de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões e demais empresas similares manterão arquivo eletrônico referente à totalidade das operações e prestações, cujos pagamentos sejam realizados por meio de seus sistemas de crédito, débito ou demais instrumentos de pagamentos eletrônicos, realizadas no período de apuração por estabelecimentos de contribuintes do ICMS e por pessoas identificadas por meio do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, ainda que não regularmente inscritos no Cadastro de Contribuintes do ICMS, cuja atividade indique possível realização de operações tributáveis pelo imposto, identificados na listagem disponível no endereço eletrônico da Secretaria de Estado de Fazenda, <http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/instituicoes-depagamento>."

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Efeitos de 09/10/2018 a 13/11/2020 - Redação dada pelo art. 6º e vigência estabelecida pelo art. 7º, ambos do Dec. nº 47.507, de 08/10/2018:

"Art. 10-A. As administradoras de cartões, instituidoras de arranjos de pagamento, instituições facilitadoras de pagamento, instituições de pagamento, inclusive as credenciadoras de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões e demais empresas similares manterão arquivo eletrônico referente a totalidade das operações e prestações, cujos pagamentos sejam realizados por meio de seus sistemas de crédito, débito ou similares, realizadas no período de apuração por estabelecimentos de contribuintes do ICMS e por pessoas identificadas por meio do Cadastro de Pessoas Físicas ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, ainda que não regularmente inscritas, cuja atividade ou relação com contribuinte inscrito indique possível realização de operações tributáveis pelo imposto, identificados na listagem disponível no endereço eletrônico da Secretaria de Estado de Fazenda, <http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/instituicoesdepagamento>."

(...)

Art. 13-A - As administradoras de cartões, instituidoras de arranjos de pagamento, instituições facilitadoras de pagamento, as instituições e os intermediadores financeiros e de pagamento, inclusive as credenciadoras de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões e demais empresas similares, os intermediadores de serviços e de negócios entregarão os arquivos eletrônicos de que tratam os arts. 10-A e 10-B desta parte, até o último dia útil de cada mês, relativamente às operações e prestações realizadas no mês imediatamente anterior, nos termos previstos em ato Cotepe/ICMS.

Efeitos de 31/12/2021 a 1º/08/2022 - Redação dada pelo art. 3º e vigência estabelecida pelo art. 5º, ambos do Dec. nº 48.339, de 30/12/2021:

"Art. 13-A. As administradoras de cartões, instituidoras de arranjos de pagamento, instituições facilitadoras de pagamento, instituições de pagamento, inclusive as credenciadoras de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões e demais empresas similares, e os intermediadores de serviços e de negócios entregarão o arquivo eletrônico de que trata o art. 10-A desta parte até o último dia útil de cada mês, relativamente às operações e prestações realizadas no mês imediatamente anterior."

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Efeitos de 1º/10/2017 a 30/12/2021 - Redação dada pelo art. 3º e vigência estabelecida pelo art. 5º, ambos do Dec. nº 47.237, de 11/08/2017:

“Art. 13-A. As administradoras de cartões, instituidoras de arranjos de pagamento, instituições facilitadoras de pagamento, instituições de pagamento, inclusive as credenciadoras de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões e demais empresas similares entregarão o arquivo eletrônico de que trata o art. 10-A deste anexo até o último dia útil de cada mês, relativamente às operações e prestações realizadas no mês imediatamente anterior.”

(...)

§ 2º A omissão de entrega das informações a que se refere o caput sujeitará a administradora de cartão, a instituidora de arranjos de pagamento, a instituição facilitadora de pagamento, a instituição de pagamento, inclusive a credenciadora de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões e as empresas similares às penalidades previstas no inciso XL do art. 54 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

Ressalta-se que as informações prestadas pelo Impugnante e pela administradora de cartão de crédito e/ou débito são documentos fiscais, nos termos do disposto no art. 132, incisos II e III, do RICMS/02.

Cumpre enfatizar, que, embora sejam consideradas documentos fiscais as informações fornecidas pelas administradoras de cartão de crédito e/ou débito acima referidas, elas não têm aptidão para substituir a obrigação tributária de emitir a nota fiscal relativamente às operações de saída das mercadorias promovidas pelo contribuinte.

Com efeito, conforme disciplina do § 1º do art. 39 da Lei nº 6.763/75, a movimentação de bens ou mercadorias e a prestação de serviços de transporte e comunicação serão obrigatoriamente acobertadas por documento fiscal, na forma definida no art. 130 do RICMS/02.

Assim, os estabelecimentos, inclusive o de produtor rural inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS, emitirão Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, ou Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), modelo 55 sempre que promoverem a saída de mercadorias; na transmissão da propriedade das mercadorias, quando estas não devam transitar pelo estabelecimento transmitente; ou sempre que, no estabelecimento, entrarem bens ou mercadorias, real ou simbolicamente. (art. 1º, Parte 1, Anexo V, do RICMS/02)

No mesmo diapasão, assim dispõe o art. 26, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

Ao confrontar os documentos emitidos de vendas mensais realizadas por meio de cartão de crédito e/ou débito (informadas pela administradora dos cartões) com

as saídas por meio de tais cartões, a Fiscalização apurou vendas desacobertas de documentos fiscais, no período autuado.

A apuração das saídas desacobertas se deu pelo confronto dos valores dos documentos fiscais emitidos de vendas e os documentos fiscais baixados (notas fiscais eletrônicas e notas fiscais de consumidor eletrônicas) com as informações prestadas pelas administradoras de cartão de débito/crédito.

Destarte, cabe destacar que o compartilhamento das informações entre as entidades administradoras de cartão de crédito, débito e similares e as Administrações Tributárias é mecanismo efetivo de combate à sonegação, possibilitando que os tributos sejam arrecadados de forma efetiva e utilizados para financiar as ações estatais voltadas à concretização dos direitos dos cidadãos.

Reforça-se que a Fiscalização descreveu e demonstrou todas as operações realizadas pela empresa, em contraposição ao Sujeito Passivo, que não trouxe elementos que elidissem as constatações fiscais.

Feitos os esclarecimentos acima, passa-se, então, à análise específica da argumentação desenvolvida pelo Impugnante em sua defesa.

No que diz respeito à afirmação de que houve denúncia espontânea anterior ao início da ação fiscal, destaca-se que a entrega das declarações retificadoras do PGDAS-D mencionada pelo Impugnante não supre a obrigação da emissão dos documentos fiscais, cuja infração à legislação ficou caracterizada quando da saída de mercadorias desacobertas de documentação fiscal, nos termos previstos no art. 16, incisos III, VI, VII, IX e XIII, da Lei nº 6.763/75, c/c o art. 96, incisos X, XVII e XIX, do RICMS/02 e o art. 26, inciso I, da Lei Complementar nº 123/06:

Lei nº 6.763/75

Art. 16. São obrigações do contribuinte:

(...)

III - exibir ou entregar ao Fisco, quando exigido em lei ou quando solicitado, livros, documentos fiscais, programas e arquivos com registros eletrônicos, bem como outros elementos auxiliares relacionados com a condição de contribuinte;

(...)

VI - escriturar os livros e **emitir documentos fiscais na forma regulamentar;**

VII - entregar ao destinatário, ainda que não solicitado, e exigir do remetente o documento fiscal correspondente à operação realizada.

(...)

IX - pagar o imposto devido na forma e prazos estipulados na legislação tributária;

(...)

XIII - cumprir todas as exigências fiscais previstas na legislação tributária;

(...)

RICMS/02

Art. 96. São obrigações do contribuinte do imposto, observados forma e prazos estabelecidos na legislação tributária, além de recolher o imposto e, sendo o caso, os acréscimos legais:

(...)

X - **emitir e entregar ao destinatário da mercadoria ou do serviço que prestar, e exigir do remetente ou do prestador, o documento fiscal correspondente à operação ou à prestação realizada;**

(...)

XVII - cumprir todas as exigências previstas na legislação tributária, inclusive as disposições dos artigos 190 e 191 deste Regulamento e as obrigações constantes em regime especial;

(...)

XIX - **acobertar por documento fiscal a movimentação de bens ou mercadorias e a prestação de serviços de transporte e comunicação, conforme disposto neste Regulamento;**

(...)

Lei Complementar nº 123/06

Das Obrigações Fiscais Acessórias

Art. 26. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional **ficam obrigadas a:**

I - **emitir documento fiscal de venda ou prestação de serviço,** de acordo com instruções expedidas pelo Comitê Gestor;

(...) (Destacou-se)

Assim, verifica-se que restou caracterizada a infringência à legislação tributária, sendo, por conseguinte, legítimas as exigências constantes do Auto de Infração, inclusive quanto à Multa de Revalidação capitulada no art. 56, inciso II, e à Multa Isolada prevista no art. 55, inciso II, ambos da Lei nº 6.763/75, *in verbis*:

Lei nº 6.763/75

Art. 55. As multas para as quais se adotarão os critérios a que se referem os incisos II a IV do art. 53 desta Lei são as seguintes:

(...)

II - por dar saída a mercadoria, entregá-la, transportá-la, recebê-la, tê-la em estoque ou depósito desacobertada de documento fiscal, salvo na hipótese do art. 40 desta Lei - 40% (quarenta por cento) do valor da operação, reduzindo-se a 20% (vinte por cento) nos seguintes casos:

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

(...)

Art. 56. Nos casos previstos no inciso III do artigo 53, serão os seguintes os valores das multas:

(...)

II - a partir da inscrição em dívida ativa, se o crédito tributário tiver sido declarado pelo sujeito passivo em documento destinado a informar ao Fisco a apuração do tributo.

Registra-se, por oportuno, que a Multa Isolada foi adequada ao disposto no § 2º do art. 55 da Lei nº 6.763/75, sendo limitada a duas vezes o valor do imposto incidente na operação ou prestação.

Lei nº 6.763/75

Art. 55. (...)

(...)

§ 2º - As multas previstas neste artigo:

I - ficam limitadas a duas vezes o valor do imposto incidente na operação ou prestação;

(...)

No que diz respeito à sujeição passiva, cumpre destacar que a empresa autuada foi baixada em 29/08/24 e a lavratura do Auto de Infração ocorreu em 06/11/24. Portanto, no momento do lançamento em questão, o estabelecimento comercial da empresa autuada já não mais existia no local declarado, razão pela qual não foi incluída no polo passivo da autuação.

Assim, à toda evidência, correta a eleição do Sujeito Passivo para o polo passivo da obrigação tributária, em face das disposições contidas no art. 135, inciso III, do CTN e no art. 21, § 2º, inciso II, da Lei nº 6.763/75:

CTN

Art. 135. **São pessoalmente responsáveis** pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de **atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos**:

(...)

III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

Lei nº 6.763/75

Art. 21. **São solidariamente responsáveis** pela obrigação tributária:

(...)

§ 2º São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatuto:

(...)

II - o diretor, o administrador, o sócio-gerente, o gerente, o representante ou o gestor de negócios, pelo imposto devido pela sociedade que dirige ou dirigiu, que gere ou geriu, ou de que faz ou fez parte.

(...)

Dessa forma, o sócio-administrador Issamu Kassagui responde solidariamente pelo crédito tributário, tendo em vista que efetivamente participava das deliberações e decisões acerca dos negócios sociais da empresa, bem como aproveitava o resultado econômico decorrente dessas decisões.

No caso dos autos, vê-se que há comprovação de atos praticados contrariamente à lei, contemporâneos ao surgimento da obrigação tributária, quais sejam, dar saída em mercadorias desacobertadas de documentação fiscal. Assim, não foi a mera falta de pagamento de tributo que gerou a responsabilidade pessoal do sócio-administrador pelo crédito tributário em discussão.

Portanto, correta a responsabilização do sócio-administrador no polo passivo do lançamento.

Diante do exposto, ACORDA a 1ª Câmara de Julgamento do CCMG, em preliminar, à unanimidade, em rejeitar as prefaciais arguidas. No mérito, à unanimidade, em julgar procedente o lançamento. Participaram do julgamento, além do signatário, os Conselheiros Gislana da Silva Carlos (Revisora), Frederico Augusto Lins Peixoto e Indelécio José da Silva.

Sala das Sessões, 20 de março de 2025.

Geraldo da Silva Datas
Presidente / Relator

m/D